Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, o vice-presidente Jeferson cumprimenta e agradece a participação de todos que estão participando da segunda reunião do 40º ano do Comam, justifica a ausência do Presidente Marcelo Manara. Inicia com o primeiro ato, a aprovação da ata do dia 22 de fevereiro de 2024, que foi enviada em prazo hábil para todos os conselheiros. Coloca para aprovação, aos que forem contrários se manifestam e os favoráveis permaneçam como estão em relação à ata, nenhuma manifestação ata aprovada. Segue com a pauta sobre um informe em relação à visita que foi realizada junto com alguns moradores no mês passado a Usina Termoelétrica de Seropédica, onde passaram o dia com a equipe da Petrobrás, e tiveram a oportunidade de conhecer as duas plantas que estão no mesmo local. Uma planta é do ano 2000, quando teve o apagão, onde o Brasil teve que importar as pressas turbinas de avião. Essa está em operação, mas no dia que foi feita a visita, como não tinha questão de queda de energia, as usinas permaneceram paradas. A outra é a Seropédica, é o modelo que está sendo vislumbrado no processo de licenciamento em andamento da Usina São Paulo em Caçapava. As últimas informações é que ainda está com o Judiciário e o IBAMA definindo. Informa que terá duas audiências públicas, uma em Caçapava e uma em São José, mas não tem ainda a confirmação dessa data diante do cancelamento que ocorreu no dia 31 de janeiro, onde uma ação foi impetrada. Que, será realizada outra visita e até segunda ordem, será compartilhada com o Comam, Comus, Conselho Rural e Desenvolvimento Urbano. São quatro conselhos prováveis que participarão. Jeferson segue com

chama Projeto Semear Ampliando Horizontes, que veem alunos de contra turno para participar em vários módulos sobre a sustentabilidade. Com o numero de 30 pessoas de ONGs e projetos parceiros que participaram dos workshops desenvolvidos e, durante esses workshops, são preparados vários lanches com os produtos elaborados com as plantas da horta. Um total de 110 pessoas consumiram mensalmente produtos da cozinha. Esses produtos são vendidos pelo grupo em WhatsApp, tanto in natura como vários dos produtos elaborados durante este projeto. E os 75 funcionários da instituição fizeram parte também e tiveram acesso a pães, bolos, geleias, conservas, servidos para eles durante o café da manhã ou durante o almoço diário que recebem. Com um resultado bastante positivo, Carlos mostra na tela algumas fotos das oficinas que faz para o público. Foram feitas um total de quatro oficinas durante o ano, com alguns dos produtos desenvolvidos durante a oficina. Teve peixinho empanado, assado, mousse de Cambuci, pão de batata doce com ora-pro-nóbis, sequilhos com ora-pro-nóbis, crispy de folhas de alho poró. Carlos convida os conselheiros para participarem e visitarem o projeto e conhecerem o pro-nóbis in natura e agora desidratado, saquinhos de 100 gramas e também coentro, cúrcuma ou açafrão da terra desidratado. O projeto desenvolveu bolos de cacau e de maçã sem glúten e sem lactose, tortinha e pizza enrolada de mangará, que é o coração da bananeira. O projeto vendeu muitos desses produtos, bolos, geleias, compotas. Foram gerados R$26 mil durante o ano do projeto. E, internamente, dentro do consumo interno para o café da manhã e o almoço dos funcionários, se tivesse que comprar, teriam

se inscreveram em um edital de uma empresa privada e apresentaram o projeto, de horta urbana e agricultura sustentável, para tentar fazer a continuidade do projeto nos próximos dois anos. O resultado deve sair em setembro, deste ano e espera que sejam favorecidos. Carlos termina a apresentação agradecendo a parceria com diferentes organizações do governo, organizações sociais, e levar para frente projetos que são financeiramente viáveis, que são ambientalmente possíveis e que têm uma repercussão na área social. Jeferson parabeniza o projeto da Obra Celio Lemos e passa a palavra para Juarez da Seurbs, que parabeniza o projeto, a aplicação correta dos recursos financeiros e dos resultados sociais alcançados com todo esse trabalho e a comunidade envolvida. É um exemplo de um trabalho que pode ser replicado para outras regiões da cidade. Lembra que o secretário Manara deu uma tarefa a secretaria para que elaborassem um projeto de uma fazenda urbana. Esse projeto foi apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, São José dos Campos foi contemplada, em torno de 800 e poucos mil reais, para desenvolver um grande projeto de fazenda urbana que, a princípio, será na região sul da cidade, um projeto que vai agregar compostagem, produção de plântulas, para a seção da agricultura urbana, reuso da água com toda essa temática ambiental. E, quem sabe, agregar alguma coisa na linha do que foi feito do exemplo demonstrado, inclusive com a utilização das PANCs. Assim, são várias iniciativas que, junto com a Fazenda Urbana, vão dar mais visibilidade e possibilidade de participação da comunidade nesse projeto. Jeferson agradece o conselheiro Juarez e na sequencia passa a palavra para o doutor Teles que para

estão tendo essa gratificação do Fundo Municipal ter cada vez mais esses recursos. Outra contribuição é o pagamento da TCFA, que é uma Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental, que é cobrada pelo IBAMA. O Estado de São Paulo não estava repassando esses recursos para os municípios que são licenciadores, agora vai começar a pagar. Então São José vai ter uma estimativa de receber R$ 8 milhões, que vai para o fundo municipal para poder estar ampliando ainda mais esses projetos. Falta agora um projeto de lei, ainda precisa ser aprovado na Câmara, e a partir daí o município de São José vai receber esse recurso. Claudio informa que essa é a contribuição que a agencia está fazendo para a questão do fundo municipal, para a implementação desses projetos ambientais de grande importância. Jeferson agradece Claudio Scali, e para demonstrar a sinergia da agência com a Seurbs e com o Comam, porque anos atrás São José recebia o ICMS ecológico e não sabiam para onde o dinheiro era aplicado. Jeferson segue com a pauta para deliberação e utilização de recursos dos fundos ambientais. Lembra que em reunião na semana passada foi aprovado no Fundo Gestor e será apresentada na plenária para aprovação de todos. Com a palavra doutor Teles que participou da reunião dos fundos, onde foi apresentado um balanço mais detalhado, inclusive para demonstrar que há recursos para aprovação. E, a partir de então, foram aprovados todos os projetos por unanimidade. Na plenária será apresentado cada um deles, alguns são bem simples, outros um pouco mais complexos. Com a palavra Oswaldo, que cumprimenta a todos e se apresenta como engenheiro da área de urbanismo da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade.

populosa da cidade, e com mais setores com alta densidade populacional, como exemplo, o Jardim Morumbi e o Campo dos Alemães. A característica das famílias que moram nessas regiões, do Campo dos Alemães, do Morumbi, são famílias que são mais numerosas, diferentes das famílias de classe média alta da cidade. Têm áreas verticalizadas que não necessariamente são adensadas populacionalmente, e áreas horizontais que são extremamente adensadas. Então foi eleita, inicialmente, a região sul para desenvolver alguns projetos chamados de Programa de Desenvolvimento Urbano, o eixo Parque Senhorinha. São três projetos que já foram aprovados, dois deles aprovados no FMDU, para execução e contratação de serviços. Foram feitos os projetos, o primeiro chamado de Praça Verão, do Jardim Morumbi, uma área pública, antiga área que vendia carros próximo do Jardim Morumbi, ao lado da Linha Verde. É uma área, hoje, totalmente não urbanizada e serviu de canteiro de obras para a Linha Verde. É um projeto que tem toda uma pegada de sustentabilidade, tem elementos desde jardins de chuva, áreas de solário, toda uma vegetação diferenciada, a ideia é que, ao longo do tempo, ao longo da Linha Verde, sejam implantadas praças com características da estação do ano, Praça Inverno, a Praça Outono, Primavera. A Praça Verão tem uma piscina vertical, como exemplo do Ribeirão Vermelho. A ideia é se coloque também na Pça Verão, uma questão para essa população que é tão carente de lazer na região. Esse é um dos projetos que já está totalmente preparado, está em licitação. Outro projeto que está sendo trabalhando é o receptivo do Parque do Cerrado. O Parque do Cerrado é um parque natural que

que as atividades que se instalem ali sejam de lazer, restaurantes, bares, cafés, para realmente criar uma área de convívio maior no espaço do centro. A ideia também, conversando com o governo, é que na capela, que hoje é da Mitra, mais uma tratativa, de criar algumas oficinas de arte, para dar uma identidade. Oswaldo apresenta outro projeto que está sendo pensado, é a requalificação do São Dimas Corredor Prudente, a praça e através da Rua Frederico Eyer, criar uma conexão com a Prudente de Meireles de Morais. Lembra que a Prudente reúne no seu trajeto dois parques, Santos Dumont e Vicentina Aranha. A ideia é ter da praça do São Dimas um passeio que saia dela, requalificado, e siga até Avenida São João. E, nesse passeio, estaria requalificando porque é um espaço de muita caminhabilidade na cidade. Muita gente caminha ali naquela região da Prudente. Está sendo desenvolvido um conceitual para esse projeto, mas o departamento está muito limitado em tecnologia. Tem alguns softwares que é preciso adquirir, mas o Fundo Municipal Desenvolvimento Urbano limita, porque ele não permite que se adquira essas ferramentas através dele, porque está vinculado executar a obra de regularização fundiária de um bairro, tanto que foi aprovado para o pessoal da Secretaria de Obras dinheiro para regularizar 952 lotes de interesse social na cidade. Então isso possível. Esses projetos todos podem ser executados com o dinheiro que já tem disponível e o dinheiro que ingressará no fundo através da aprovação dos alvarás de construção. E, para que possa dar continuidade nesses projetos, necessário adquirir esses softwares, que permitem, hoje, uma forma mais fácil de trabalhar. Inclusive, eles

centralidade forte da cidade. Associado a esse pedido, Oswaldo entra em outro assunto, um projeto que está em andamento, mas não será custeado pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. O Parque Orla do Paraíba é um parque previsto no Plano Diretor, localizado na região do Alto de Santana, desde o conjunto habitacional residencial Jaguari, passando pela Foz do Rio Jaguari no Paraíba, seguindo toda a margem de Alto de Santana até a ponte Maria Peregrina. Ou seja, ele está situado na margem esquerda do Rio Paraíba. Existiu uma ação judicial correndo contra a prefeitura desde os meados da década de 2000 com relação à retirada das moradias que estão situadas na margem direita do Paraíba, na região da Vila Machado, Vila do Pena, Vila do Rhodia, Vila Cristina, e essas casas todas já estavam com sentença para demolição. Só que o impacto social na cidade é terrível, porque tira as pessoas e leva para onde? Essas pessoas estão lá, inclusive, assentadas muitas vezes antes até da mudança do código florestal. Então são questões sociais, políticas, econômicas, de muita complexidade. A Secretaria de Urbanismo, através do secretário, foi ao Ministério Público e ao próprio juiz, porque já era uma sentença, e propôs a implantação do parque como compensação ambiental para a permanência dessas moradias todas, de pessoas que já estão assentadas há muito tempo. E o Judiciário aceitou essa compensação ambiental. E, a partir daí, o município tem um prazo para executar este parque. Como a questão da demolição das casas afeta a Secretaria de Obras e é melhor que ela implante o parque do que ela remova moradias, ela tem a prerrogativa de custear esse parque. Só que o desenvolvimento do projeto, nesse caso é da

Jeferson agradece Oswaldo, informa que esses detalhes passados pelo Oswaldo já recebeu na reunião do grupo gestor, onde foi bem esclarecedora. Passa a palavra para o conselheiro Fabiano Porto, do Instituto Regeneração Global. Cumprimenta a todos e parabeniza Oswaldo, Teles e toda equipe da Seurbs pelos projetos. Acha necessário, tanto em termos social quanto em termos do que vê como desenvolvimento social desses bairros. Em relação aos projetos acha que são excelentes, e torce muito para que aconteça. Em escala de prioridade, considerando que corre o risco, do Judiciário eventualmente voltar atrás em relação à remoção das famílias, acredita que a questão da Orla do Paraíba tem um tema mais sensível, porque está falando de remoção de famílias, e isso é uma coisa extremamente complexa. Inclusive, junto com a Fabiana e o pessoal da OAB e outras entidades, está sendo elaborando um projeto para trabalhar com essa população ribeirinha de São José dos Campos. Foi feita uma visita técnica com a população da Beira-Rio. Uma equipe de compostagem, vai começar a trabalhar com hortas, acompanhar o pescador para ver, documentar, fazer, porque há essa cultura relacionada ao rio. E o projeto com o grupo Bandeirantes, do Rio Vivo também tem interesse em trabalhar essa temática. Então, como trabalha essa questão da remoção de famílias, Fabiano acredita que a questão da Orla do Paraíba é muito importante. Se coloca a disposição em especial para a mobilização social, se for necessário, em relação a esse projeto, em parceria com a prefeitura naquela época da rede de cooperação pelo Parque Linear do Rio Paraíba do Sul, que seria uma outorga onerosa da ponte que está sendo construída em cima do rio,

compensação ambiental, os repasses da agência ambiental e rendimento financeiro. O saldo do FUMCAM hoje está em R$ 8.354 milhões. E, se considerar os projetos aprovados este ano e do ano passado, esses projetos somam R$5.188 milhões. Então, no FUMCAM, tem hoje uma verba para investimento de R$ R$ 2.895 milhões. Fabiano agradece e parabeniza por essa questão administrativa, que foi gerado outro benefício no trabalho do Cláudio na agência, porque, lembra que em outra época não tinha, lembra que era em torno de R$ 20 mil a R$ 80 mil o saldo no FUMCAM. Opina pela aprovação com toda certeza a utilização desse recurso. Apenas sugere que, assim como viu a apresentação do projeto da Célio Lemos, que seja reservado um valor robusto para abrir para organizações da sociedade civil para pleitear projetos em benefício da cidade vindos da sociedade civil. Projetos que sejam prioritários para a cidade dentro da sustentabilidade, ainda mais com essa robustez financeira, e acredita que o Comam seja um instrumento para aproximar a sustentabilidade e o meio ambiente da população joseense. Pleiteando projetos, de escolas, de institutos de pesquisa, não apenas de ONGs ambientalistas, mas de várias regiões para que possam vir na plenária se apresentar, assim como foi a aprovação da Célio Lemos, ter vários projetos aprovados, de repente, por semestre no Comam e que isso seria fantástico. Jeferson agradece Fabiano, comunga com suas palavras e que está vendo as coisas acontecerem e a ideia das apresentações institucionais, o Comam já tinha um pouco dessa leitura, para conhecer e assim desenvolver novos e futuros presentes para a sociedade. Jeferson passa a palavra para Fabiana, que como

Rhodia, Vila Cristina. Essas casas que estão na faixa dos 100 metros do Paraíba, que estavam na ação, que houve o sentenciamento. A prefeitura negociou na margem oposta, na região de Altos de Santana e Telespark, a instalação do Parque do Paraíba. Então ele foge da área de proteção do Parque Natural do Banhado, são locais distintos. Doutora Fernanda agradece o esclarecimento, e quanto a verba que está sendo pleiteada, é feito pela prefeitura, mas que existiria uma fila muito grande e a pressa na realização por conta inclusive de uma decisão judicial. Pergunta "Se a prefeitura já tem esse serviço, é cabível usar uma verba, por mais que haja dinheiro disponível no fundo, para uma atividade que a prefeitura já exerce?". Oswaldo esclarece que a prefeitura tem expertise no topográfico, mas ela não tem no batimétrico. A prefeitura não realiza levantamento batimétrico de rio. E esse projeto que será desenvolvido necessita, pois prevê locais receptivos para canoagem, serão feitos decks em alguns pontos para que as pessoas possam ter uma navegação esportiva no Rio Paraíba. Então é preciso também do batimétrico, do leito do rio, da profundidade do rio e do topográfico. E mesmo esse topográfico é um topográfico de muita dificuldade, porque ele trabalha com muitas áreas brejosas. Então parte do serviço, em tese, a prefeitura poderia fazer, mas parte não. E licitar parte é muito complicado para a prefeitura. Então está sendo conjugado essas duas coisas, porque não adianta fazer o topográfico se eu não fizer o batimétrico e isso a prefeitura não faz, ela sempre contratou. Essa parte de entrar no rio, medir calha do rio, de ter a altura do leito, se tem pacote de assoreamento, essa é a dificuldade, principalmente na

um tratamento um pouco do Guaíba e tem o Capibaribe em Recife. Mas, assim mesmo, eles estão aos poucos remodelando. A ideia é trazer uma identidade para o rio que a população se aproprie desse rio, que ela passe a usar como uma atividade de lazer, que no seu entorno tenha atividades esportivas, como provas de ciclismo, alguma coisa nesse sentido. A ideia é que no futuro também seja ampliada essa questão do parque. Para quem conhece, o Piraquara Clube, a via que margeia o Tennis Park, hoje tem uma série de ocupações muito antigas. A ideia é trabalhar com uma requalificação daqueles espaços para restaurantes, bares, e trazer o rio como um elemento de vida da cidade. Não simplesmente abastece e depois recebe toda a carga de efluentes da cidade. Esse projeto é a primeira parte do que seria um grande projeto de remodelação do Paraíba no trecho urbano da cidade. No trecho urbano que começa no Urbanova, passa pelo clube de campo Santa Rita e campo de golfe. Essas áreas podem estar sendo trabalhadas de alguma forma, e o advento da Jaguari permite sonhar nesse sentido, de integrar melhor, de trazer o rio para dentro da cidade, de fato, esse é o sentido. Que não é possível fazer o projeto que deseja se não contratar esse levantamento. Oswaldo informa que não pode detalhar uma coisa, até entrar no conceito do que imagina, mas tudo é uma suposição, precisa do levantamento para confirmar as hipóteses ou alternativas do que seria o projeto de requalificação naquele local. Doutora Fernanda agradece as explicações e como representante da OAB, concorda com a liberação do valor. Oswaldo conclui que a Secretaria de Obras e a SEMOB estão investindo nisso, mas a Secretaria de Urbanismo também tem que investir. A Prefeitura

e se compromete a apresentar os projetos, por exemplo, da Praça Verão e do Receptivo do Cerrado, estão indo para licitação. Já é possível trazê-los e apresentá-los com detalhe na plenária. A do Campo dos Alemães, ainda está sendo finalizado. O parque, depois que tiver o levantamento topográfico, Oswaldo assume o compromisso de trazer o projeto conceitual para estar conversando e ouvindo o conselho, inclusive, fazendo uns ajustes que julgarem necessários. Com a palavra Fabiano Porto, pede para acrescentar um comentário, bacana aos os conselheiros para saberem do potencial que tem um projeto desse, como a Orla do Paraíba, se olhar além da infraestrutura. "A alguns dias em expedição de caiaque, com o Pedro Oliva, parou nas casas das pessoas, conversaram com uma família, e uma dessas famílias, o rapaz disse ter parado de pescar porque a noite está vindo "um negócio" flutuando e não sabem o que é. Fabiano diz ter marcado o GPS, foi para o Manara e identificaram uma empresa que estava despejando o esgoto cru na madrugada. A empresa foi lacrada e multada. Fabiano sugere que um projeto como esse, do Parque da Orla do Paraíba, um chamamento para a educação ambiental para transformar essa população em agentes ambientais, conecta eles em um WhatsApp, por exemplo, passa as instruções e esses próprios moradores viram monitores do rio. Jeferson passa a palavra para doutor Teles expor sobre o ICLEI. Teles informa que o ICLEI é uma rede global composta por mais de 2.500 governos locais e regionais de âmbito mundial e é comprometido com desenvolvimento urbano, sustentável, existem diversos encontros, e o município São José dos Campos já participa aproximadamente já

pessoas, também presente o primeiro secretário do estado de São Paulo, José Pedro de Oliveira Costa e do deputado constituinte, Fábio Feldman. Dentro do ramo autoridades conhecedoras no ramo como a doutora Karen, Fabiano Melo, da Universidade Federal de Viçosa, um primatólogo reconhecido no Brasil e no mundo. Que, São Francisco Xavier tornou-se um grande polo de desenvolvimento e pesquisa do Muriqui e o FUMCAM deu a sua participação importantíssima na questão da biodiversidade, porque o recurso do FUMCAM tem essa pegada de desenvolver projetos ecossistêmicos, fundo de sustentabilidade e, para a melhoria da qualidade, os recursos hídricos. A realização do terceiro seminário do Avoando em São Francisco Xavier, com recurso disponibilizado para parceria com a SIDE, tem uma contrapartida, mas para garantir a plenitude da realização desse evento, foi solicitado ao Fundo Gestor do Comam que aprovasse um recurso de R$ 20 mil reais para complementar, se preciso for, para esse seminário que vai acontecer nos dias 21 a 23 de junho. Juarez solicita aos conselheiros a ratificação para utilização desse recurso. Jeferson aproveita, diante desses investimentos apresentados hoje, e aprovados, faltando este, que certamente também o será, e que na próxima plenária tenha um relatório atualizado do fundo para que os conselheiros ficarem cientes, atualizados dos valores que estão disponíveis e quiçá investimentos futuros. Então, diante desse último pleito da Avoando, Jeferson pergunta se algum conselheiro, conselheira, gostariam de se manifestar? Ninguém. Pede que os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Nenhuma manifestação, aprovado o recurso de R$ 20 mil reais.

Comam vem tomando, ano que vem tem a COP30, a conferência das partes, de 10 a 21 de novembro de 2025. Então não custa avaliar, vislumbrar, ou uma participação do fundo, algo para que seja possível participar também disso. Já que São José está tão pujante na questão da política socioambiental nacional, e foi o programa de apoio às ONGs do estado de São Paulo, no governo do Fabio Feldman e do Goldenberg, onde pode conhecer e ter oportunidade da Rio+10, a Rio+20, participaram tudo através do PROAONG, sem contar as visitas em inúmeros parques e instituições Brasil afora, enquanto estado de São Paulo. Sugere colocar, na próxima reunião que seja, pautar uma análise, um estudo jurídico legal, se isso é possível, se não é, o fundo pode entrar com parte, o conselheiro com metade, alguma coisa do gênero. Jeferson agradece Fabiano e passa a palavra para o senhor John Lima, faz parte da equipe comercial da DEEP-SG, com Fernanda Massaro, que é a "head" do time de metodologia. Agradece ao PIT, à prefeitura, em confiar no trabalho que está sendo e desenvolvido de tecnologia. A DEEP está muito conectada com esse propósito de trazer inteligência para as empresas e também para as prefeituras, para as cidades, para cada vez mais se tornarem sustentáveis. Com a palavra Fernanda, do time de metodologia, que vai contar um pouco do que a gente está desenvolvendo, do que existe no mercado hoje e qual é o propósito da DEEP nesse projeto como um todo. "A DEEP é uma startup nascida aqui em São José dos Campos, um dos fundadores é cria do ITA, o Arthur Kovac. E a DEEP tem um foco em desenvolvimento de tecnologia e metodologia de cálculo para a mensuração do impacto, principalmente das empresas no Brasil como

para as cidades. Então os principais objetivos desse projeto, as grandes entregas, são o inventário de emissões de gás de efeito estufa de São José dos Campos para o ano de 2022, utilizando a metodologia GPC, que hoje é a metodologia adotada globalmente para inventários de cidades. Também fazer o cálculo das emissões evitadas da frota de transporte coletivo, dos ônibus que foram movidos à eletricidade em São José dos Campos e também, com esse olhar de desenvolver tecnologias, testar uma metodologia para mensurar as emissões da das empresas da cidade. Então é uma metodologia que vai estar em teste, mas a ideia é que, de forma inovadora, traga uma forma de automatizar a coleta de dados, seguindo as metodologias aceitas globalmente, mas facilitando essa coleta de dados. "Falando um pouco sobre inventário de emissões, o porquê fazer os inventários de emissões, principalmente por questões de energia elétrica e de combustível e transporte, uma grande parte das emissões concentram nas atividades que ocorrem dentro de uma cidade. E quando a gente falar sobre combater as mudanças climáticas, é muito importante que as cidades deem o primeiro passo de começar a enxergar qual é o impacto e também poder medir a origem dessas emissões para também poder atuar. Então essa é a importância de criação do cálculo, do inventário de emissões. É uma ferramenta para o enfrentamento das mudanças climáticas. A gente precisa entender qual que é o tamanho do impacto para poder também saber aonde atuar. Hoje, a gente vai usar essa principal metodologia, protocolo de mensuração, que é o GPC, para fazer com que esse inventário seja, dentro dos padrões, aceito globalmente para inventários de cidade.

uma frota eletrificada. A gente vai usar as metodologias aceitas internacionalmente da Convenção Quadro das Nações Unidas, e a gente vai fazer esse cálculo para essa frota e entender qual é a emissão evitada com esse projeto. Falando um pouquinho do cronograma, a gente vai entregar agora, já no dia 2 de maio, o estudo metodológico. Então toda a coleta de dados que está sendo feita manualmente para ser utilizada no cálculo do inventário e o relatório de emissões evitadas. No dia 1º de julho, o inventário da cidade de São José dos Campos vai ficar pronto e vai ser entregue. Então a partir de 1º de julho, a cidade vai ter o inventário em mãos. O projeto continua, mas vai ser mais nessa parte do desenvolvimento da metodologia, desenvolvimento de protótipo e tudo mais, para aquela metodologia inovadora. Mas o inventário vai ficar pronto até dia 1º de julho. Eu trouxe, só para finalizar aqui quais, são os principais ganhos com esse projeto. Como eu comentei, a gente precisa mensurar as emissões para também a gente saber como agir. Com o inventário, a gente consegue conhecer melhor quais são as fontes de emissão dentro da cidade e poder fazer um acompanhamento de ações climáticas, também conseguir traçar uma linha histórica dessas emissões, traçar estratégias de descarbonização, baseado nas principais fontes e metas ambientais da cidade. Também é possível desenvolver um plano de ação climática. Então é preciso entender essa questão das emissões para também poder utilizar e implementar um plano de ação. E também a questão da inovação. Vai ser uma das primeiras cidades no Brasil. Não são muitas cidades que têm. Então, ainda assim, é uma inovação ter um inventário de emissões. Isso traz

Cita como exemplo, onde existe uma oportunidade gigantesca, é uma coisa que está estudando, de recuperação de áreas degradadas para a agricultura e o Delta que vai ter uma série de técnicas e de processos, tecnologias para resgatar produtividade em áreas rurais do município. Com a palavra Juarez que em questão dos dados, acha que são fundamentais, e a questão bem colocada, da importância do trabalho. A secretaria tem projetos tocados pelo município que impactam diretamente na questão do sequestro de carbono, que é feito pela vegetação, cobertura arbórea. Se for ver o status em 10 anos, como era a arborização e como ela está hoje, está ficando, projeção para o futuro, não vai longe. No projeto de restauração do Fundo Nacional do Meio Ambiente, encerrado em 2022, 70 mil mudas de árvores na região de São Francisco Xavier, tem o Plano Municipal de Arborização que prevê até 2029 o plantio de mais 55 mil mudas de árvores. Tem todo esse trabalho de restauração das áreas degradadas para ocorrer e as que estão ocorrendo. Então se conseguir, com essa ferramenta, depois, quantificar, se consegue exatamente um valor positivo substancial, para que o município possa, quem sabe, no futuro breve, até lançar mão de ser remunerado por esse sequestro de carbono que as políticas públicas estão promovendo nos vários segmentos da cidade. Seja esse que o Jefferson colocou, da produção do setor primário, da produção, seja da área urbana. Inclusive, diminuindo, diminuindo as ilhas de calor, com os parques, a manutenção dos parques, enriquecimento da vegetação. O plantio na cidade ocorre praticamente todos os dias na cidade. Então o resultado positivo disso com certeza vai aparecer. E no inventário, é possível ter uma noção mais clara onde que estão, quem são, quais medidas podem ser tomadas.

também o impacto. Dentro do cenário das emissões do município, entender quais são essas fontes e o impacto relacionado a cada uma delas. Quando a gente fala de atuação, escopo 1, 2 e 3, as de escopo 1 são de emissão direta, e a escopo 3 a gente chega nas indiretas. Isso também ajuda na hora de atuar nessa questão de descarbonização, aquelas que o município tem o maior poder de gerir ou uma atuação mais direta. As indiretas são geradas pelo município, mas não dentro do município. Então também outros tipos de políticas para gerenciar essas emissões. Mas o inventário traz sim essa diferenciação e contempla também esse tipo de emissão". Fabiana agradece a resposta e diz ser bom fazer um comparativo nesse impacto, o que é do nosso município. Fabiana também pergunta se o replantio dessas árvores todas que estão cortando na margem da Dutra vai ser replantado na margem, em outro lugar? Juarez responde que algumas árvores que estavam sendo retiradas da margem da Dutra, a equipe do Departamento de Gestão Ambiental da Seurbs fez um levantamento, prévio, face as imagens que tinham. Chegou se a um número, aproximadamente, de quase 700 árvores retiradas no trecho de Jacareí com São José dos Campos. Foi feita uma informação técnica, o secretário Manara pediu para fazer contato com a CCR, porque a licença para a supressão dessas árvores foi feita pelo IBAMA e o licenciamento, pela Cetesb de São Paulo. Então as medidas compensatórias estão no escopo da licença do IBAMA que eles conseguiram, porque começa o trecho de São Paulo, vai até o Rio de Janeiro, com obras da CCR. Que a secretaria vai perguntar para a CCR e para o órgão licenciador, se eles estão também submissos à lei municipal nossa de compensação ambiental, que não foi numa prévia, não vimos a lei que foi utilizada, mencionada ou requerida na legislação municipal para a

Xavier, por exemplo, "mudar de uma forma química para uma forma orgânica, ensinar as pessoas a fazer outorga do uso da água, corrigir erosão de solo, fazer aceiros, ou seja, um conjunto de atividades que estimulavam o melhor uso do solo. Em alguns casos, partindo para a certificação, usando protocolos conhecidos, e, em outros casos, apenas orientando as melhores formas de uso. No que se fala de cadeias produtivas sustentáveis, cadeias de valor sustentável, a partir de um trabalho de assistência técnica, a gente conseguiu mobilizar muitos proprietários, produtores, com cadeias totalmente diferentes do normal. A gente é acostumado a achar que só é possível gado e braquiária na assistência técnica. Quando o projeto foi se desenvolvendo e a gente foi convidando as pessoas, ficou muito evidente que você tendo algum apoio financeiro, mas, principalmente, uma boa ação de assistência técnica, as pessoas se abrem para novidades". Que, projeto, de certa forma, trouxe inovação para o território. Passa a palavra para Lucas e Paula, comentar os slides e dar alguns números, mostrar os principais valores gerais, quanto entrou de dinheiro no distrito e os principais resultados. Lembra que, o projeto trouxe uma parte de recursos para fortalecer a capacidade de gestão e uma parte de recursos para fazer essa ação de melhoria do uso do solo em São Francisco Xavier. E as duas coisas se combinam. Montou uma equipe multidisciplinar, pequena, mas eficiente. Pelos relatos das pessoas, a assistência técnica foi mais importante até do que o dinheiro que foi disponibilizado. Então isso é uma mensagem que o projeto Conexão trouxe para vários locais. Com a palavra Lucas, se apresenta como engenheiro agrônomo de formação, faz parte da equipe do Conexão Mata Atlântica, no âmbito de São Francisco Xavier, que a equipe é composta hoje pela Paula, administradora, Ricardo administrador,

conservacionistas com a orientação e subsídio de instalações de fossas ou tratamento de influentes, seja fossa negra, fossa cinza, água cinza, água negra, com e sem coliformes fecais, seja a orientação de como você aproveitar os seus resíduos orgânicos domésticos na área rural através de compostagens, processo de compostagem. O projeto subsidiou o controle de espécies exóticas invasoras também, como, por exemplo, o Pinus, que é uma espécie exótica que se dissemina muito fácil. Então as propriedades recebiam para controlar, para cortar, erradicar essa espécie da propriedade, assim como o Lírio do Brejo, assim como o Javali, assim como algumas outras espécies exóticas invasoras. Meia hora é um tempo bem curto para falarmos do projeto, mas vou tentar dar um panorama e depois abrimos para dúvidas. Além do controle da erosão, que ele falou também, através de instalação de estruturas que evitem essas erosões, principalmente nos acessos internos das propriedades, movimentação de solo causa um impacto muito grande. Então você adequar o uso de manilhas, o uso de caixas de drenagem e outras estruturas, como lombadas, parece uma coisa óbvia, mas não é, isso faz a água infiltrar, e não escorrer, e levar solo. Ali tem uma questão dos recursos aportados. Foram um pouco mais de R$ 1 milhão, os valores estão em reais, considerando esses anos de 2018, começo de 2018 a 23. Então o total aportado nessa ferramenta. Outra modalidade que também foi PSA, a gente trabalhou lá, foi a questão de mudas. Teve uma modalidade de PSA mudas. Basicamente, o proponente, tudo era através de editais e chamadas públicas com critérios de elegibilidade de forma a verificar e comprovar questões fundiárias, questões sem débitos trabalhistas e outros pontos para entrarem e serem aptos para os editais, para receberem as assistências técnicas, o recurso do

de cerca visando uma metodologia que o último arame da cerca era liso, com o objetivo de ter um fluxo de fauna silvestre entre propriedades e entre fragmentos florestais. O proponente poderia escolher entre essas práticas de cercamento, de controle de erosão também, de adesão ao protocolo de transição agroecológica, que é um protocolo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para você fazer uma transição agroecológica para quem sabe fazer uma produção orgânica. Está apto para isso, série de 43 itens para serem respondidos e atendidos e você recebe o certificado e entre alguns nichos específicos de feiras agroecológicas. Além disso, entrou uma prática muito bacana de marcação de matrizes, muito também colocado pelo Renato para entrar. Muito interessante porque as propriedades identificaram matrizes nativas, indivíduos com potencial produtores de sementes para futuras coletas e o céu é o limite, vamos falar assim, de projetos futuros, que já estão mapeadas espécies do território, com potencial coleta de sementes para produção de mudas com a genética adaptada já às condições climáticas de São Francisco Xavier. E além, claro, dos sistemas de saneamento. A gente bateu bastante nessa tecla, seja a fossa séptica, sejam fossas biodigestoras, seja o próprio Tevap, alguns modelos de fossas para eles instalarem e serem subsidiados para fazer essas práticas. Tem o valor ali também para esse PSA de práticas sustentáveis, foi aportado no território 234 mil, quase R$ 235 mil para essa prática. E é legal falar agora a outra ferramenta, além dos pagamentos de serviços ambientais, que seriam a cadeia de valor sustentável. Como eu falei, não necessariamente com espécies nativas o uso do solo, mas visando mudar um pasto degradado para uma área produtiva. Então é legal colocar que entrou lá atrás 39 propriedades e, no decorrer do tempo, por outras questões, tem

pessoas que estão envolvidas neste recurso aportado não são somente as pessoas que assinaram e receberam dentro dos contratos. É mais um adendo que eu gostaria de fazer". Lucas complementa a fala da Paula, onde foi bem lembrado, pois "esse adendo dela é a ferramenta de pagamentos por serviços ambientais não exigia, por contrato, por edital, a prestação de contas do uso do recurso. A pessoa fazia a ação, tinha uma verificação, uma vistoria. Cumpriu a ação? Você recebe depois esse valor equivalente àquela ação. E a pessoa não tem que prestar contas, se ela gastou R$1,00 ou R$100 para aquela ação, ela vai receber o mesmo valor X. É diferente dessas duas outras ferramentas, da cadeia de valor sustentável e as certificações. Foi elaborado planos de ação iniciais lá atrás, com previsão de compras, com previsão de um cronograma físico-financeiro de aquisições, e era obrigatório fazer a prestação de contas através de notas fiscais. E muito importante isso que ela falou, a gente verificou que muitas compras eram feitas no território, seja no distrito, seja no município, e com contratações locais, e isso é evidenciado através de uma nota fiscal, senão tinha que devolver o recurso. Aqui a gente não teve nenhum problema, foram efetivas as prestações de contas. E a outra ferramenta, vamos chamar a terceira ferramenta, seria as certificações. As certificações hoje no distrito de São Francisco Xavier, a gente trabalhou com três certificações praticamente. O protocolo de transição agroecológica, que é esse protocolo voluntário da Secretaria de Agricultura do Estado. O selo SisOrg, para quem não sabe, é a certificação orgânica a nível federal, a Lei 10.831, existe toda uma regulamentação federal para a implantação da lei orgânica, da certificação orgânica, por auditoria, uma terceira parte. E o FSC, quem não conhece o FSC é o Forest Stewardship Council. É uma certificação florestal, existem

usado para fazer esse processo de dispensa de outorga, que era uma exigência da certificadora. Então foi muito além de aquisição física, entrou uma coisa de regularização da propriedade também. Inclusive, uma das propriedades do CVS, de apicultura, está no processo, foi aprovado um sim para mel municipal pela prefeitura. A gente está aguardando sair a questão das pequenas obras particulares, a aprovação, para sair a Casa do Mel com um sim municipal dentro de um produtor do projeto. E reforça também, antes de mudar o slide, que toda a parte regulatória e legal de legislação falando, a gente também trabalhou e não aparece em números, porque são questões assim, por exemplo, o pessoal faz coleta de sementes. A coleta de sementes em âmbito estadual exige, pela Resolução 189 de 2018, uma comunicação de coleta que você tem que fazer para poder coletar e comercializar um produto nativo não madeireiro. A gente orientou o pessoal todo a fazer essa questão. Toda a questão, como eu falei, da dispensa de outorga, toda a questão de regularização que antecede qualquer certificação, a gente visou em trabalhar isso junto às propriedades também. E aqui foi uma iniciativa, é legal falar, antes vou passar a palavra para a Paula, que foi uma demanda e uma observação que a gente constatou dentro do projeto, de muitas propriedades querendo fazer sistemas agroflorestais. Não era uma meta do projeto, mas a gente viu que iria dinamizar o nosso tempo e a nossa capacidade de repassar conhecimento e juntar as pessoas através dos circuitos agroflorestais. E conseguimos executar três anos do chamado Circuito Agroflorestal de São Francisco Xavier, mobilizando uma média de 100 a 100 e poucas pessoas por ano, basicamente sem utilizar recurso e juntando várias propriedades para fazer isso e pondo as propriedades particulares e as pessoas que querem fazer

artesanato. Então é um espaço bem multiuso deles e que todo sábado tem um almoço bem gostoso lá das meninas da associação e com música. Então eles também entraram com essa estrutura para receber evento, para receber parte musical e cultural de São Chico. Inclusive, a nossa festa de encerramento com os beneficiários em janeiro. A frente que eu mais trabalhei, acho eu e o Renato, a que a gente mais dividiu com todo mundo, foi a interação da unidade de conservação com a comunidade. A gente teve aporte de recurso financeiro para estruturação física. Então quem vai até a APA hoje tem um centro de referência ambiental, tem uma biblioteca, tem um cantinho de leitura. Mas isso vai além das nossas paredes físicas. A gente tem uma interação com as entidades locais, com a escola, com os grupos regularizados e com os informais também, a gente acaba apoiando tanto com o espaço quanto com atividades. No final do projeto, a gente teve, agora no final do ano, a aprovação e já entregamos publicamente o plano de educação ambiental da APA. Inclusive, se vocês tiverem interesse, a gente pode vir apresentar para vocês porque foi um processo bem legal que a gente fez dentro da comunidade com as entidades do conselho. Nesses sete anos, a gente teve os eventos técnicos, o seminário de pesquisa que a gente apoiou, o Avoando, as escolas, a gente recebeu escolas particulares e as públicas aqui de São José. A gente buscou tentar atender a comunidade em todas as vertentes. A gente saía do nosso cantinho lá, não é Renato? A gente fez nos bairros, oficinas particulares dentro das propriedades para ouvir um pouco as pessoas, para entender um pouco a demanda do que eles necessitavam. Ao invés da gente criar demanda, a gente ouviu o que tinham. E essa eu acho que é a maior riqueza que a gente deixa de legado do Conexão, que é o que mais as pessoas param a gente e perguntam hoje,

trabalho deles na Terra. Rende todas as homenagens ao projeto, tem muita gratidão por terem também permitido a ela compartilhar essa experiência ao longo desse tempo. E, com certeza, o convênio com a Fundação Florestal é uma coisa que tem grande valor para a continuidade do trabalho. Espera, sinceramente, que seja encontrado um caminho para que o Conexão Mata Atlântica continue. Jeferson agradece Andrea e por fim deixou um espaço para o senhor Vilmar se manifestar por cinco minutinhos e encerra os trabalhos. Com a palavra senhor Vilmar, que cumprimenta a todos, se apresenta como professor, trabalhou 22 anos no Mackenzie, estudou no ITA e caminhou muito nessa região. "A cidade era pequena, havia segurança, a gente tinha certeza que ia sair inteiro e voltar inteiro, hoje em dia não sei. Mas que está realmente preocupadíssimo com uma coisa que está acontecendo no vale, que eu acho que pode destruir o vale. Vocês vieram aí e fizeram um trabalho magnífico sobre a quantidade de CO2, o impacto de CO2, e, ao mesmo tempo, há um projeto de colocar aquela usina termoelétrica São Paulo, com esse nome bonito, em Caçapava, queimando 8,5 milhões de metros de cúbicos por dia. Não estou querendo chatear ninguém com isso aqui, mas o cara mais chateado aqui sou eu. Eu estudei desde 25 de janeiro, que ia ter a audiência, até agora. Até ontem, estava estudando isso ainda. Os impactos. E a minha surpresa maior foi quando eu comecei a olhar melhor o CO2, eu sou mergulhador, sei do problema do CO2 e concluí que o CO2 não é nada inocente. Quer dizer, o CO2, por exemplo, se você pegar o extintor de CO2, entrar na sala fechada e apagar o incêndio elétrico, que é classe C, você morre asfixiado. Sabiam disso? Você entrar em uma sala fechada, ligar o teu extintor de CO2, o CO2 vai preencher o espaço, vai expulsar o oxigênio e você vai morrer. O pessoal faz, inclusive, a

estar a favor disso. Me perdoe, Jeferson, mas eu não vim aqui para ser agradável. Eu estou falando, o cara mais chateado aqui sou eu. Eu dormi mal essa noite porque eu sabia que eu ia ser desagradável aqui. E o Renato, que me conhece bem sabe que a gente precisa disso". Jeferson responde que não está sendo desagradável de forma alguma, o COMAM é um espaço democrático e a democracia prevalece sempre. Nada mais a tratar Jeferson encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Jeferson Rocha de Oliveira
Vice-Presidente

Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva

ANO
COMAMSJC

PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

COMITÊ DE CONSELHOS MUNICIPAIS
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA

COMAM-CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

DATA: 25/04/2024 -HORÁRIO: 14:00hs

LOCAL REUNIÃO: AUDITÓRIO DO 7º ANDAR-PAÇO MUNICIPAL

NOMES	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
TITULAR: JOSÉ MAURICIO R.LIMA DA SILVA	ACEJA	
SUPLENTE: CIRO GUILHERME GENTIL CROCE	ACEJA	
TITULAR: FABIANA VIEIRA DIAS ALVES	ACONVAP	Remoto
SUPLENTE: NICOLAS SMECELATO M. CESAR	ACONVAP	
TITULAR: ANDRÉIA MARTINS ALFREDO	AEA	
SUPLENTE: ANTONIO FERNANDO DE MOURA	AEA	
TITULAR: PAULO JINICHE KOMATSU	APAX	
SUPLENTE: SATIRO NOZAKI	APAX	
TITULAR: SIDNEY SIQUEIRA CAMPOS	ASS. REGIÃO OESTE	
SUPLENTE: EDNA ZORDAN RAMOS	ASS. REGIÃO OESTE	
TITULAR: JEFERSON DE LIMA CHERIEGATE	ASS. PQTEC	
SUPLENTE: GIANE SANTOS	ASS. PQTEC	Remoto
TITULAR: BRUNO VIEIRA MORANTE	CIESP	
SUPLENTE: JOSEANI CRISTINA ANTUNES	CIESP	
TITULAR: MARCELO DE SOUZA GODOY	IEPA	
SUPLENTE: JEFERSON ROCHA DE OLIVEIRA	IEPA	
TITULAR: FABIANO DE PAULA PORTO	IRG	
SUPLENTE: LUIS FERNANDO MAGALHÃES	IRG	
TITULAR: FERNANDA FROIS FARIA	OAB	Remoto
SUPLENTE: FERNANDA FOWLER P. CARBONE	OAB	

TITULAR: JOÃO LUIZ GODOY	ROTARY-OESTE	
SUPLENTE: LEONARDO MAGNO PEREIRA	ROTARY-OESTE	Remoto
TITULAR: FÁBIO NAKANO	SABESP	
SUPLENTE: JORGE SANABRIA	SABESP	
TITULAR: RENATO TRABALLI VENEZIANI	SINDICATO RURAL	Justificada
SUPLENTE:	SINDICATO RURAL	
TITULAR: JOSÉ RICARDO LAW DA SILVA	UNIP	Remoto
SUPLENTE:	UNIP	
TITULAR: FLÁVIA VILAÇA MORAIS	UNIVAP	Justificada
SUPLENTE: MARIA REGINA DE AQUINO SILVA	UNIVAP	Remoto
TITULAR: CLÁUDIO SCALLI	AGÊNCIA AMBIENTAL	Ausente
SUPLENTE: LEONARDO LUQUINI A.RODRIGUES	AGÊNCIA AMBIENTAL	
TITULAR: JOSÉ ROBERTO SCHMITT	CETESB	
SUPLENTE: MARCUS VINICIUS P. CUNHA	CETESB	
TITULAR: FLÁVIA OLIVEIRA SIMIÃO IORIO	EDP	
SUPLENTE: DAVID WUO DE ABREU	EDP	
TITULAR: ALEXANDRE DE OLIVEIRA CAMPOS	PROCON	
SUPLENTE: PEDRO JORGE ORTIZ ENDRIZZI	PROCON	
TITULAR: RONALDO RODRIGUES DA C. FILHO	SEMOB	Remoto.
SUPLENTE: LANA MICHELLE BARBOSA SILVA	SEMOB	
TITULAR: FRANCISCO R.DE GODOY NETO	SMC	
SUPLENTE: ANDRÉ LUIS CARDOSO	SMC	
TITULAR: BRUNA LARISSA DE O. ALMEIDA	SS	Remoto
SUPLENTE: VALQUIRIA ACÁCIA DE O. RIBEIRO	SS	
TITULAR:MICHELLE FILIPINI	SEC	Remoto
SUPLENTE: THAIS CAMPOS O. FREITAS	SEC	
TITULAR:MARCELO PEREIRA MANARA	SEURBS	
SUPLENTE: VINÍCIUS DE PINHO CORREA	SIDE	
TITULAR: JUAREZ DOMINGUES VASCONCELOS	SEURBS	
SUPLENTE: ANDREA SUNDFELD	SEURBS	
TITULAR:RODOLFO MARCOS VENÂNCIO	SEURBS	

SUPLENTE: **RODRIGO UBIRATÂ GUNTHER LUX**	**SEURBS**	
TITULAR:**MARCOS GONÇALVES DE ALMEIDA**	**URBAM**	Remoto
SUPLENTE: **WELLINGTON NILSON ZANCHETA**	**URBAM**	

PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

COMITÊ DE CONSELHOS MUNICIPAIS

DATA:25/04/2024

HORÁRIO: 14:00hs

LOCAL REUNIÃO: AUDITÓRIO DO 7º ANDAR-PAÇO MUNICIPAL

CONSELHO: COMAM-CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LISTA DE CONVIDADOS

NOMES	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Joana Mª Rª Almeida.	O.S.C.L	[assinatura]
Marilda Zamprônio	OSCL	[assinatura]
CARLOS VILLARRAGA	OBRA SOCIAL CÉLIO LEMOS	C. Villarraga B.
VILMAR PEDRO VITTE	Sind. Rural SJC	[assinatura]
David Paulo Silvino Cavalcante	PIT SJC	David Paulo
Pollyanna Lisboa Mendonça Garcia	PIT SJC	Pollyanna
John Kenny Pinheiro Lima	DEEP ESG	John K. P. Lima
Fernanda Marsano Leonardis	DEEP ESG	Fernanda
Oswaldo Vieira	DPV / SEURBS	[assinatura]
André Buonafina	IRG	André B. [illegible]
Rodrigo Romanini Matsukura	SEURBS	Rodrigo R. M.
Vitória Marietto Otero	SEURBS	[assinatura]
Audrey Barta de Santana	SEURBS	Audrey Barta de Santana
Alessandra Apª Santos Araujo	Comitê dos Conselhos	[assinatura]
[illegible] Lafratta Calandrelli	APA - SFX	[assinatura]
Paula Apª de Souza	APA SFX / FF	[assinatura]
RENATO LONZA	APA SFX / FF	[assinatura]
Mirian Gonçalves	Remoto	—o—
Maiara Carvalho	PIT	Remoto.

PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

GRUPO GESTOR FUNDOS AMBIENTAIS-FUMCAM/FMSE

Data: 23/04/2024

Horário: 14hs - Local: Auditório do 6º andar do Paço Municipal

NOME	REPRESENTANTE	ASSINATURA
1- TELES EDUARDO PIVETTA	SEURBS	
2- JEFERSON ROCHA DE OLIVEIRA	IEPA	Remoto
3- JUAREZ D. DE VASCONCELOS	SEURBS	
4- PAULO JANICHI KOMATSU	APAX	
5- RENATO TRABALI VENEZIANI	SIND. RURAL	Remoto.
6- JOSÉ ALBERTO NASSUR	SEURBS	
7- CAROLINA ABRAHÃO ALVES	SEURBS	Justificada
8- MARCELO PEREIRA MANARA	SEURBS	Presidente
9- Oswaldo Vieira	SEURBS	
10- Vitória Marietto Ohno	SEURBS	
11-		
12-		